

ESPAÇO E TERRITÓRIO: BREVES CONSIDERAÇÕES [1]

Maria Clyvia Martins dos Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

mariacluvia@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma breve discussão das categorias espaço e território, conceitos-chaves da ciência geográfica e que comumente são confundidos. Nos trabalhos acadêmicos é comum encontrar uma confusão na utilização dos conceitos dessas duas categorias, muitas vezes apontados como sinônimos. A compreensão dos conceitos e categorias presentes em um trabalho científico são de fundamental importância. O conceito é uma referência direta ao objeto, é como um símbolo que o representa, é assim, uma definição do objeto. Dessa forma é imprescindível a existência de conceitos bem definidos. Os conceitos utilizados esclarecem o tema e possibilitam o desenvolvimento de uma redação bem elaborada. Severino (2002, p.188) apresenta sua concepção de conceito, para ele:

O conceito é a imagem mental por meio a qual se apresenta um objeto, sinal imediato do objeto representado. O conceito garante uma referência direta ao objeto real. Esta referência é dita intencional no sentido de que o conceito adquirido por processos especiais de apreensão das coisas pelo intelecto, que não vêm a propósito aqui, se refere a coisas, a objetos, a seres, a ideia, de maneira representativa e substitutiva (SEVERINO, 2002, p.188).

Severino (2002) ressalta ainda que em se tratando de trabalhos científicos, falamos de um vocabulário técnico e até mesmo específico conforme a área de estudo. Assim, esse vocabulário técnico – linguístico permitirá extrair dos conceitos e categorias utilizados no trabalho seu significado e histórico, evitando distorções quanto ao seu real significado na proposta do desenvolvimento tema.

A categoria só é categoria se possuir um conceito, assim sendo, o conceito é a explicitação da categoria, a definição da categoria é o conceito, assim categorias e conceitos estão correlacionados. Nesse sentido discutiremos algumas abordagens sobre os conceitos de espaço e território.

Considerando as distintas relações sociais e classes sociais no território abordaremos os diferentes tipos de território, uma análise a partir da multiterritorialidade, que visa entender a conflitualidade gerada pelas diferentes intencionalidades dos distintos sujeitos ou grupos sociais. Assim, buscamos contribuir para novas perspectivas de análises de estudos sobre essa temática.

ABORDAGENS DA CATEGORIA ESPAÇO E TERRITÓRIO

Como já mencionado é comum ocorrer confusão entre as categorias espaço e território, conforme Raffestin (1993) esses termos não são sinônimos, uma vez que o território é posterior ao espaço, e que surge a partir deste. Sabemos que a categoria espaço não é eminentemente da

ciência geográfica, outras área do saber usam essa categoria, a exemplo da física e da matemática. Nesse âmbito ocorrem mudanças quanto ao conceito utilizado para definir a categoria espaço conforme sua utilização em determinada área do conhecimento.

A própria geografia tem um histórico das distintas definições dessa categoria, de acordo a influência que recebera. Conforme Sposito (2004) na geografia tradicional o espaço não é um conceito chave, sua aparição de maior destaque ocorre nos estudos de Ratzel, denominado de espaço vital. O autor destaca ainda que na visão Hartshorniana o espaço é absoluto, constituía um conjunto de pontos que têm existência em si, apresentando dependência, este dissociava o espaço do tempo. Para Kant, influenciado por Newton, em que espaço (e o tempo) associa-se a todas as dimensões, espaço e tempo são categorias filosóficas, para Kant “todas as coisas, como fenômenos externos, estão justapostas no espaço” (KANT, 1965, p. 39).

Na geografia neopositivista, a categoria espaço torna-se referência, e é concebido não mais como absoluto, mas como relativo. Para a geografia crítica ou radical, de base marxista, o espaço é entendido como totalidade. De modo que os fenômenos não devem ser estudados isoladamente, mas em conjunto, pois são interdependes, “fenômenos espaciais em totalidades” (SPOSITO, 2004, p.90). Além disso, a geografia crítica traz uma extensa discussão acerca da produção social do espaço, isto é, o espaço social criado pelo trabalho humano para atender as suas necessidades, nessa perspectiva tudo se constrói com o trabalho (SANTOS, 1980). Ainda para Santos,

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo da vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço (SANTOS, 1996, p. 163).

Raffestin (1993) destaca que as categorias espaço e território não são termos equivalentes, sendo o espaço anterior a qualquer ação:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Deste modo, o espaço não pode ser compreendido apenas como palco para as manifestações, para as ações projetadas, sendo este desvalorizado sob este ponto de vista, para Raffestin (1993) o conteúdo também deve ser considerado:

(...) constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu significado dado pelos atores sociais. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um “espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações. É de certa forma, o espaço relacional “inventado” pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real “dado” (RAFFESTIN, 1993, p. 48).

E ainda na concepção das abordagens sobre o espaço, Milton Santos (1980), apoiado em Lefebvre, estabelece a discussão entre espaço natural e espaço social. Para Santos (1980, p.88 *apud* MOREIRA, 2015), o espaço natural seria a natureza primeira, a natureza mãe que cria obras com individualidade própria, pertencentes a um determinado gênero e a diferentes espécies, porém que não necessitam de trabalho para sua criação. Assim, o espaço social ou geográfico surge da transformação do espaço natural, criado pelo trabalho humano, conforme Moreira (1982):

A natureza social do espaço geográfico decorre do fato simples de que os homens têm fome, sede, frio, necessidades de ordem física decorrentes de pertencer o homem ao reino animal, ponte de sua dimensão cósmica. No entanto, à diferença do animal, o homem consegue os bens de que necessita intervindo na primeira natureza, transformando-a. Transformando o meio natural, o homem transforma-se a si mesmo. Ora, como a obra de transformação do meio é uma realização necessariamente dependente do trabalho social (a ação organizada da coletividade dos homens), é o trabalho social o agente de mutação do homem, de um ser animal para um ser social, combinando estes dois momentos em todo o decorrer da história humana (MOREIRA, 1982, p.42).

Nessa perspectiva de espaço socialmente produzido de Lefebvre, a qual foi referência para Milton Santos, entendemos que o espaço natural é transformado em espaço social em decorrência das necessidades humanas, “a natureza primeira ou o espaço natural constitui a matéria prima que através do trabalho será transformada dando origem ao espaço geográfico...” (MOREIRA, 2015)[2]

Assim, nos apoiamos em Santos (2006) ao afirmar que a natureza não pode ser confundida com a “natureza do espaço”, composta por historicidade, resultante de ações humanas, de modo que as transformações são dinâmicas no espaço, o qual corresponde a uma unidade na diversidade, portanto, espaço como totalidade e em constante transformação.

Apoiados na concepção de Raffestin (1993) compreendemos território como frações do espaço apropriado por relações de poder, de modo que nessa apropriação “o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN 1993, p.128), isto é organiza o território, seus interesses, necessidades, de maneira que suas ações revelam as escalas de poder existente. De tal modo que toda sociedade delimita uma porção do espaço para dominá-lo, o território (espaço de vivência). Em uma comparação o autor coloca o espaço como matéria prima e o território como a produção.

E nesta perspectiva a partir de uma dada representação, os atores realizam a divisão da superfície, implantando nós e construindo redes, de modo que “o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 133), assim, o poder é responsável pela construção das divisões territoriais e pela delimitação de seu de campo de ação.

Pozzo (2012) esclarece que a proposição de Raffestin (1993, p. 143), ao afirmar que “o espaço é anterior ao território”, “se trata de uma mudança de escala de abordagem ao se

privilegiar a análise de um processo (espacial) ou de outro (territorial), mas não da preexistência do espaço em relação ao território na qual, posteriormente, será construído por um ator sintagmático” (POZZO, 2012, p. 60). Assim sendo, espaço e território são a mesma coisa, o que muda é a relação de poder. Pois ao falar de espaço não se fala em relação de poder.

OS DIFERENTES TIPOS DE TERRITÓRIOS NO ESPAÇO

Para entender as disputas territoriais e conflitos, Fernandes (2009) trabalha o uso de tipologia de territórios, compreendendo que existem diferentes tipos de territórios, produzidos e que produzem relações sociais distintas, assim, aborda a diversidade territorial ou multiterritorialidade, produzidas cotidianamente por intencionalidades distintas, sendo a relação classe-território intrínseca, assim, “as múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação, que são construídos pelas ações e intencionalidades” (FERNANDES, 2009, p.202).

Nesse âmbito a geograficidade é de suma importância para entender o território, uma vez que se impõe historicamente, e a partir dessa abordagem histórica, o território é reconhecido:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 1999, p. 1).

A geograficidade é a própria existência do homem na sociedade, que se exprime na capacidade de colocar ordem no externo a partir de uma linguagem específica, de um discurso próprio (SANTOS, 2007). Dessa maneira os objetos são ressignificados pelos sujeitos e os próprios sujeitos também se transformam.

As diferentes classes sociais produzem diferentes espaços e territórios, por isso Fernandes (2009) chama a atenção para o estudo dessas categorias a partir da tipologia de territórios. Isto é, compreender o território além do espaço de governança (ou primeiro território), pois essa abordagem oculta os diversos territórios existentes e as disputas territoriais.

Para Fernandes (2009), o território pode ser compreendido de duas formas: espaço de governança, multidimensional e pluriescalar (território nacional com suas respectivas divisões); e tipologia de território, em que são abordados três tipos de territórios, sejam eles, espaço de governança (primeiro território), propriedades (segundo território) e espaço relacional (terceiro território).

No primeiro território, ou espaço de governança, se constituem os demais territórios, assim, são as resistências que geram a multiterritorialidade, ou seja, a possibilidade de distintos territórios. Segundo Fernandes (2009):

O primeiro território é o espaço de governança da nação. É o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais (...). O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território (FERNANDES, 2009, p. 206-207).

O segundo território ou propriedades tem caráter jurídico, é o espaço de vida (propriedade) particular ou comunitária, “as propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias, e as propriedades capitalistas, formam o segundo território” (FERNANDES, 2009, p. 208).

Dessa forma entendemos as disputas territoriais, a desterritorialização, a territorialização do capital ou campesinato, e a do território pelo capital. Podemos entender esse processo a partir das grandes empresas que territorializam os espaços em diferentes lugares na busca das vantagens (isenção fiscal, mão de obra barata e etc.), de modo que ocorre a apropriação do espaço por parte destas, havendo a territorialização do capital como aponta Oliveira (2005). Nesse âmbito a monopolização do território se dá sem a territorialização do capital, por exemplo, o capital se apropria da renda da terra ou mesmo oferece condições para que ocorra a produção nas propriedades camponesas. Havendo a monopolização do território, pois “o capital monopoliza o território sem se territorializar, ele cria, recria e define relações de produção camponesa e familiar. Assim, ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social” (OLIVEIRA, 2005, p.478).

Corroboramos com Fernandes (2009) ao afirmar que sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios, de modo que sua existência pressupõe a existência de seu território, por isso a luta dos indígenas, camponeses, populações tradicionais etc. Cunha (2012), aponta que as características identitárias dos seus territórios fortalecem a luta, assim, território e identidade constituem a luta, e se reafirmam na resistência, “são designadas novas categorias para que se possa ter uma melhor compreensão das formas diversas com que se apresentam as populações camponesas, com o intuito de alcançar maior poder político de atuação e resistência junto ao mundo exterior.” (CUNHA, 2012, p. 10). Observamos nessa perspectiva a importância da identidade e do pertencimento ao território, conforme Santos (1999):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.8).

O terceiro território ou espaço relacional reúne todos os tipos de territórios, “o terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios, portanto, às suas territorialidades” (FERNANDES, 2009, p. 210).

Nessa compreensão “da tipologia nasce a multiterritorialidade e são objetos distintos. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios” (FERNANDES, 2009, p.205). Ainda para Pozzo (2012):

As territorialidades se expressam, portanto, a partir das práticas espaciais (dos diferentes sujeitos e grupos sociais) que se efetivam durante o uso e consumo do território e, de um modo geral, corroboram, em maior ou menor grau (de acordo com o impacto socioespacial ocasionado por essas práticas), com o processo de produção do território (POZZO, 2012, p.61).

As territorialidades elucidam o uso do território, a forma como os diferentes sujeitos ou grupos sociais se organizam. Outras derivações como desterritorialização e reterritorialização também devem ser consideradas para entender as disputas territoriais.

CONFLITOS SOCIAIS NO TERRITÓRIO

Compreendemos a relevância do uso de uma tipologia de territórios, já que as distintas relações e classes sociais produzem diferentes espaços e territórios a partir de disputas territoriais e permanente conflitualidade.

Os conflitos sociais devem ser estudados em uma perspectiva de investigação que os compreenda como elemento decorrente das relações sociais e de poder existentes em um dado lugar e tempo, assim sendo:

Os conflitos sociais são parte da ordem social que constituem e que por meio deles se transforma/se afirma. Assim, o conflito social ganha uma enorme relevância teórico-política e, como tal, se coloca como um conceito fundamental para a constituição das ciências sociais na perspectiva de um campo do conhecimento preocupado com as mudanças e com as transformações da sociedade (TRAMONTANI RAMOS, 2003, p.02).

Dada à importância de seu entendimento, a pesquisa/dissertação será direcionada na “compreensão da geograficidade dos conflitos sociais” (TRAMONTANI RAMOS, 2003, p.02), ou seja, parte da compreensão do território e sua complexidade de forças, interesses, resistências, onde estão presentes as diferenças de interesses e a conflitualidade. Já para Durkheim o conflito social é visto como uma disfunção social, uma anormalidade, como aponta Silva (2011):

A concepção durkheimiana assentada na coesão social, entende o conflito como anormalidade à medida que se rompe essa coesão baseada na solidariedade mecânica das sociedades simples ou primitivas, em direção à divisão do trabalho (SILVA, 2011, p. 06).

Assim a compreensão durkheimiana de conflito social se pauta na anormalidade causada pelos sujeitos sociais, não entendendo como expressão das mudanças, isto é, “expressão das tensões e contradições da própria ordem social que constitui na própria medida que transforma” (TRAMONTANI RAMOS, 2003, p.02).

Dessa maneira nos apoiamos na concepção de Marx que entende o conflito como anormalidade histórica decorrente das transformações sociais, conforme Silva (2011):

O conflito é, portanto, uma anormalidade histórica ocasionada pela propriedade privada e as classes antagônicas, caracterizando uma fase intermediária da história humana a ser superada pelo comunismo, levando o homem ao “humanismo acabado = naturalismo”, como objetivação das sobrevivências arquetípicas do igualitarismo das sociedades primitivas (SILVA, 2011, p. 06).

Portanto nossa compreensão de conflitos sociais parte do entendimento destes a partir das contradições das relações sociais no território, e este entendido na diversidade revela suas dimensões e conflitos, “O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas Territoriais (FERNANDES, 2009, p. 200)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho permitiu-nos perceber ainda que de forma introdutória a existência de uma ampla discussão sobre a abordagem de espaço e território. Ocorre que um ou outro são comumente utilizados nos trabalhos acadêmicos da ciência geográfica como conceito central. Assim, é importante atentar para estas questões, sendo importante estudar a totalidade e suas partes, pois o espaço é a diversidade na totalidade, isto é, seus territórios devem ser analisados, assim partindo do espaço ou do território, o importante é entender as distintas relações sociais, produtoras de distintos espaços ou territórios. O que distingue em outras palavras, é a escala de abordagem, compreendo que não existem territórios ou espaços homogêneos e hegemônicos. Nesse sentido, devemos procurar identificar a dinâmica das relações sociais, os conflitos e contextos em que inserem os fenômenos, para que dessa forma possamos com maior clareza compreender a produção social do espaço, os conflitos de interesses e as disputas territoriais.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Campesinato Brasileiro**: origens e ressignificações de um modo de vida tradicional. Unimontes, 2012. Disponível em: <http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia_ixerg/eixo_rural/campesinato_brasileiro_origens.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 197-215.

KANT, Emmanuel. **Crítica da razão pura**. 4ª. ed. São Paulo: Brasil Editora, 1965.

MOREIRA, Emília. **O espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: Texto Didático, 2015. (mimeo).

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. In: MOREIRA, Ruy. Geografia, Teoria e Crítica. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Brasileira Transformações recentes**. In: ROSS, Jurandy L. Sanches. Geografia do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo: Edusp, 2005.

POZZO, Clayton Ferreira Dal. **Pelo espaço ou pelo território?** Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial. Revista Nera, ano 15, n. 21, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Douglas. **O que é Geografia?** 2007. Inédito. Apostilado. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfflwAD/que-geografia-douglas-santos>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 4ª ed. 1996.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **O Dinheiro e o Território**. Universidade de São Paulo- USP. *GEOgraphia*, ano. 1, n. 1 1999, São Paulo. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª edição, Editora Cortez, São Paulo, 2002.

SILVA, Marcos José Diniz Silva. **O conflito social e suas mutações na teoria sociológica**. Qualit@s Revista Eletrônica, vol.1, n.2,2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRAMONTANI RAMOS, Tatiana. **A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe**. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003.

[1] Texto apresentado como critério de avaliação final à Disciplina “Teoria dos Territórios e da Questão Agrária”, ministrada pelo Professor Bernardo Mançano Fernandes, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB – Universidade Federal da Paraíba nos dias 24,25 e 26 de junho de 2015.

[2] Cf. Texto não paginado em Moreira, Emília (2015), mimeo.